

Educação, mutualismo e nacionalização: aspectos de uma escola étnica italiana no Paraná (1905-1918)¹

Elaine Cátia Falcade Maschio*

Resumo

No presente trabalho analisa-se a constituição da escola étnica na *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo* viabilizada por imigrantes italianos que se estabeleceram na então colônia Alfredo Chaves, no Paraná, no final do século XIX. Procura-se compreender o processo de implantação, abertura, funcionamento e fechamento dessa escola étnica italiana, processo este que ocorreu não em detrimento à escola pública, mas paralelo a ela. Busca-se identificar os sujeitos que fizeram parte daquele processo de escolarização étnico e reconhecer os impactos do nacionalismo na busca da desconstrução das funções daquela escola, bem como as estratégias utilizadas pelo grupo para a manutenção da identidade étnica. O recorte temporal abrange o ano de 1905, período em que ocorreu a instalação da *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo*, até o ano de 1918 quando essa instituição, em virtude das iniciativas de repressão nacionalista, modifica o seu registro e seus estatutos, declarando ser uma sociedade italiana católica. A substituição aparente da função e a mudança de nomenclatura e dos estatutos da *Società Italiana* para Sociedade Catholica Italiana de Mútuo Soccorso Christoforo Colombo, resultantes do movimento nacionalista da época, não evitaram a busca pela manutenção da identidade étnica do grupo. Esse movimento caracterizou-se como estratégia de manutenção da unidade étnica, ressignificando a educação por intermédio da religião católica.

Palavras-chave: Escola. Associação. Nacionalização.

* Pedagoga; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná; professora de História da Educação da Faculdade Internacional de Curitiba; Rua Saldanha Marinho, 131, Centro; CEP 80410-150; Curitiba, PR; elainefalcade@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho analisa-se a escola étnica junto na *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo* viabilizada por imigrantes italianos que se estabeleceram na colônia paranaense de Alfredo Chaves, no final do século XIX. Procuramos compreender o processo de implantação, abertura, funcionamento e fechamento dessa escola étnica italiana, processo este que ocorreu não em detrimento à escola pública, mas paralelo a ela. Buscamos identificar os sujeitos que fizeram parte daquele processo de escolarização étnico e reconhecer os impactos do nacionalismo na desconstrução das funções daquela escola, bem como outras estratégias utilizadas pelo grupo para a manutenção da identidade étnica.

Este estudo abrange os anos de 1905, período em que ocorreu a instalação da *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo*, até 1918 quando essa instituição, em virtude das iniciativas de repressão nacionalista, deixa de ter caráter étnico e passa a ser uma sociedade de confissão religiosa católica.

Na tentativa de compreendermos os aspectos citados sobre a instituição escolar em questão, algumas fontes foram privilegiadas, como os ofícios e requerimentos, a legislação de ensino, os relatórios da instrução pública e os regulamentos de ensino, no arquivo público do Paraná; as atas de reuniões, na Câmara Municipal de Colombo; os livros tomo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário-Colombo; por fim, os registros cartoriais e o Estatuto da *Società Italiana di Mutuo Soccorso* de 1909.

Já o diálogo historiográfico contemplou autores que tratam desde a imigração italiana, até autores que abordam a historiografia educacional brasileira como Azzi (1987) e Franzina (2006), Kreutz (2000) e Wachowicz (2002). Estes contribuíram para entender o processo de imigração e escolarização no Brasil. E a discussão teórica foi permeada por Hamilton (1992), Poutignat & Streiff-Fenart (1998) e Barth (1998).

2 OS IMIGRANTES ITALIANOS NO PARANÁ

Antes de adentrarmos na discussão da constituição da escolarização, é necessário entendermos o processo de inserção de imigrantes italianos no Paraná e a formação da Colônia Alfredo Chaves no ano de 1878².

A partir do ano de 1875, o Paraná recebeu um número significativo de imigrantes de nacionalidade italiana mediante um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa, e o empresário Sabino Tripoti, no ano de 1871 (BALHANA, 1958, p. 28). Inicialmente, esse contingente foi instalado nas colônias litorâneas localizadas próximas ao Porto de Paranaguá. O mau planejamento colocava em evidência a situação lastimável das respectivas colônias, tornando quase impossível a sobrevivência dos imigrantes. A localidade tornava-se pequena em relação ao grande número de imigrantes que ali aportava. Os poucos colonos que conseguiram terras não tiveram êxito com a produção em razão do clima que não era propício para o tipo de cultivo e a experiência agrícola trazidos do norte da Itália. A maior parte deles era composta por camponeses *contadini* que procediam do Vêneto, região de clima muito frio.

Sendo inviável a permanência nessas colônias, a maior parte do contingente de imigrantes estabelecidos no litoral dirigiu-se a Curitiba. A sua acomodação no planalto curitibano aconteceu de modo diversificado. Muitos imigrantes deixaram o litoral por conta própria e acabaram se instalando em colônias já existentes de outras etnias. Outros instalaram-se na região dos Campos Gerais. A maior parte se fixou em novas colônias formadas nos arredores de Curitiba por meio da compra de terras feita pelo então Presidente Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes no ano de 1878, por exemplo, o caso da Colônia Alfredo Chaves.

A Colônia Alfredo Chaves recebeu quarenta famílias de imigrantes. Cada família recebeu do governo o lote, que deveria ser pago à medida que, com o rendimento do trabalho nas terras do próprio lote, pudesse ser quitado. Inicialmente, ao se estabelecerem naquele núcleo, os imigrantes instalaram-se em dois barracões de madeira até que suas casas fossem construídas. As casas foram construídas pelo governo e seguiam o modelo estabelecido no contrato de 16 de outubro de 1878. Eram casas simples, de madeira, com uma porta e duas janelas na frente e outra porta no fundo. O telhado, com inclinação de 45°, era feito de pequenas tábuas de madeira.

No dia 4 de janeiro de 1879, o núcleo foi emancipado e, também, foram entregues as casas e os títulos provisórios dos lotes aos colonos. Ainda, foram solicitadas pelos colonos as construções de uma igreja, um cemitério e uma escola.

Em virtude da demora de atendimento pelo governo até meados daquele ano, os próprios colonos providenciaram essas construções; primeiramente, a igreja e o cemitério. Para a construção da capela, os colonos propuseram ao go-

verno o reaproveitamento das madeiras dos barracões onde inicialmente foram instalados. Como acabaram construindo-a por conta própria utilizaram esse material. A escola foi viabilizada posteriormente.

Os principais cultivos eram o milho e a uva; esta última, para a produção de vinho. Esses produtos agrícolas produzidos pelos imigrantes nos lotes da colônia eram comercializados na capital paranaense, Curitiba.

Além do trabalho e da religião, outra preocupação manifestada pelo grupo de imigrantes foi o ensino. A escola teve lugar central na constituição da colônia e aparece desde os primórdios ganhando espaço e representatividade naquela sociedade. A grande maioria dos colonos era de lavradores e necessitava de instrumentos agrícolas e de financiamento para o trabalho nas suas pequenas propriedades de terras; entretanto, eles não abriram mão da educação escolarizada. A escola teria função primordial na vida social dos imigrantes, ela atenderia ao aprendizado das letras concorrendo para civilizar e humanizar o homem.

O Regulamento da Instrução Pública de 1876 não previa a criação de escolas nas colônias de imigrantes, de modo que o benefício do ensino público foi sempre protelado. No entanto, o descaso e as dificuldades com o ensino, no final do século XIX não eram situações particulares somente das colônias de imigrantes; ocorriam em muitas localidades da Província (OLIVEIRA, 1986, p. 211).

3 A ESCOLA ÉTNICA ITALIANA

A precariedade da instrução pública na Província do Paraná, segundo Wachowicz (1984, p. 42), devia-se à falta de interesse do governo pela disseminação da escola, alegando problemas financeiros, falta de professores habilitados e a baixa condição econômica da população paranaense, condicionando a uma fraca frequência de alunos as escolas existentes.

A falta de escola, no pensamento do imigrante, gerava o risco de que seus filhos ficassem desumanizados, ignorantes. Considerando que a escola tinha um papel fundamental para esses imigrantes, podemos inferir que eram alfabetizados e cômicos da importância da escola porque “[...] provinham de regiões de forte tradição escolar.” (KREUTZ, 2000, p. 348). Assim, a escola era representada como uma instituição que deveria ser preservada para a manutenção da cultura letrada.

A necessidade de criação de uma escola pública foi manifestada em vários momentos, pelos colonos da Colônia Alfredo Chaves, até a sua criação em 1882. A função da escola pública para esse grupo de imigrantes consistia na possibilidade de que seus filhos aprendessem o idioma português, o qual era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Por intermédio dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, a qual facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua portuguesa, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos na sociedade.

Embora ocorressem reivindicações por parte dos imigrantes pela implantação das escolas públicas na colônia desde 1882, a fim de atender tanto os filhos de imigrantes como os filhos das famílias brasileiras, cumpre notar o surgimento de uma escola étnica italiana na *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo* no início do século XX.

Qual o interesse desses imigrantes em criar uma escola étnica, sabendo que naquele momento o sistema escolar público estava consolidado? Por que somente após vinte anos de participação na escola pública os interesses desses imigrantes se voltam à viabilização de escolas étnicas para seus filhos? Qual a finalidade dessa instituição?

Convém destacar que não foram mais os primeiros imigrantes, chefes das famílias colonizadoras, que viabilizaram a escola étnica. Esta foi viabilizada pelos filhos desses primeiros imigrantes, os quais – quando crianças imigrantes chegadas à região com pouca idade – frequentaram as primeiras escolas públicas. Vinte anos depois, eles são os pais de uma nova geração de alunos.

Assim, os alunos que frequentaram a escola étnica na *Società Italiana di Mutuo Soccorso* faziam parte da primeira geração de descendentes, ou seja, eram crianças nascidas no Brasil, netas dos primeiros imigrantes italianos colonizadores.

Não podemos dizer que os primeiros imigrantes eram contrários à abertura de escolas étnicas. Partindo do pressuposto de que os primeiros imigrantes reivindicaram escolas públicas porque buscavam estabilidade financeira, acreditamos que, uma vez conquistada essa estabilidade, tornava-se necessário proporcionar a seus descendentes, mesmo nascidos no Brasil, o conhecimento da cultura da pátria da qual descendiam.

Era importante manter a devoção religiosa, o conhecimento da língua, os costumes em geral daquela cultura que, mesmo sem ter acesso diretamente, fazia parte de sua herança.

Poutignat e Streiff-fenart (1998) inferem que o processo identitário de um grupo étnico é construído no contexto de interações com outros grupos étnicos. Essa perspectiva teórica nos ajuda a entender a criação de uma escola étnica em língua italiana como um instrumento de afirmação da identidade, uma vez que, em contato com outros grupos étnicos – no caso os brasileiros ou imigrantes de outras etnias –, busca-se afirmar a identidade étnica do grupo em questão.

Segundo Barth (1998, p. 188), a afirmação da identidade de um grupo étnico se constitui mediante interação social e não pelo isolamento.

As distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança ou aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos.

Assim, o interesse pela escolarização na Ex-colônia Alfredo Chaves esteve atrelado a duas finalidades: primeiro, como alternativa de relacionamento e convivência na nova sociedade e, por conseqüência, de adaptação; segundo, como manutenção, preservação, transmissão da cultura de origem e afirmação étnica.

A Società Italiana di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo, criada em 1º de outubro de 1905, tinha como função primordial a assistência aos sócios. Segundo os seus estatutos, o objetivo da Instituição era a promoção do bem-estar, da moralidade e da instrução.

Art. 1º La Società Generali di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo, di Villa Colombo, sotto il patrocinio di S. Giuseppe, istituita il 1 – ottobre – 1905, há per indirizzo la fratellanza ed il mutuo soccorso dei soci, tenendo a promuovere il benessere, la moralità e l'intrusione. (STATUTO, 1909, p. 1, grifo nosso)³.

Segundo Silva Junior (2004, p. 21), as sociedades de socorro mútuo constituíam “[...] associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover

auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade.” Estas abrangiam funções que as definiam como previdenciárias ou sindical para oferecer assistência aos operários e trabalhadores ou como associações étnicas, que concebiam em suas ações meios de manutenção da identidade social do grupo.

Para Mimesse (2001, p. 26), essas sociedades consistiam em associações fundadas no Brasil por italianos, a partir da década de 1890, seguindo os moldes das associações italianas. Afirmava ainda a autora que:

Estas entidades acabavam por tornar-se o elo de ligação com a terra natal e normalmente eram formadas por pessoas vindas da mesma região. A denominação que recebiam eram em homenagem a reis, príncipes, poetas, cantores ou qualquer cidadão italiano considerado importante para o grupo. (MIMESSE, 2001, p. 26).

A Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo encaixava-se nos moldes dessas associações espalhadas por praticamente todas as colônias de origem italiana no Brasil.

De acordo com os seus estatutos de 1909, tinha também como uma das principais finalidades a assistência médica. Conforme os artigos 11 e 85 do estatuto, os sócios tinham o direito de receber subsídios para o tratamento de saúde em caso de acidente e impossibilidade de trabalho ou tratamento de saúde fora da ex-colônia. Para isso, cada sócio deveria contribuir mensalmente com uma quantia de 1\$000 reis para ter o direito de desfrutar dos benefícios garantidos pela associação.

Certamente, a criação dessa sociedade esteve ligada ao processo de surgimento das fábricas na ex-colônia, pois, no ano de 1902, foi fundada a primeira fábrica de louças de pó de pedra do Paraná de propriedade do coronel Zacarias de Paula Xavier. Com a fundação da fábrica, a ex-colônia passou a ter representatividade na economia paranaense. As peças produzidas na fábrica eram vendidas em todo o Brasil.

No ano de 1906, mais dois estabelecimentos entraram em funcionamento: a primeira fábrica de massas e o estabelecimento comercial da família Puppi, um dos principais comércios da região sediado num imponente prédio. Ambos estavam localizados no centro da cidade, em frente à atual Igreja Matriz.

Esse movimento proporcionou uma transformação no perfil do trabalhador: a formação de um contingente de operários. Embora a ex-colônia fosse marcada

pela atividade agrícola, esta se concentrou na região rural. No centro, as transformações econômicas direcionavam-se para o estabelecimento de uma urbanização ainda que incipiente. Nesse cenário de transformações econômicas, sociais e culturais, o surgimento de uma sociedade de socorro mútuo responde às necessidades de auxílios e solidariedade aos compatriotas que se inserem na lógica da industrialização e nas novas formas de produção, como o trabalho assalariado.

Nesse sentido, além da assistência médica e dos subsídios financeiros para tratamentos de doenças, a associação realizava atividades de instrução elementar aos filhos dos associados.

Ainda que o estatuto pouco orientasse sobre a manutenção de uma escola étnica na sociedade, o ensino oferecido por essa instituição era em língua italiana. De acordo com Wachowicz (2002, p. 24), no caso dos imigrantes poloneses, as escolas particulares mantidas pelas sociedades étnicas acabavam por funcionar no próprio edifício da associação, e as crianças que freqüentavam essas “escolas-sociedades” eram alfabetizadas no próprio idioma.

Se considerarmos a contribuição de Wachowicz (2002), somos levados a observar que as escolas mantidas pelas associações ensinavam a ler, escrever, contar e atendiam, exclusivamente, aos filhos dos associados no idioma, uma vez que a participação se restringia a indivíduos de nacionalidade ou descendência italiana.

Segundo registros, na escola étnica italiana na *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo*, as aulas eram ministradas em língua italiana (dialeto vêneto), sendo permitida somente a freqüência de meninos. De acordo com Silva Junior (2004, p. 241), uma das características das mutuais era a exclusividade da participação masculina: “[...] o mundo das mutuais é predominantemente um mundo masculino. De um modo geral, as mulheres são admitidas apenas na condição de beneficiárias ou, de qualquer modo, na condição de sócias sem direitos políticos.” No caso da *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo*, a participação das mulheres era negada sob qualquer circunstância.

Não foi localizado nenhum documento que trouxesse informações sobre o ano em que essa escola foi fundada. No entanto, as primeiras informações sobre o funcionamento dessa escola são de 1909, quando o imigrante italiano João Batista Lovato, que além de ter atuado na vida política da ex-colônia, era um dos membros da *Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo* e

professor da escola mantida por essa associação. Em requerimento do dia 24 de novembro de 1910, comunicou ao governo paranaense o funcionamento de uma escola particular italiana nos “arrabaldes da vila”. As aulas eram ministradas em idioma italiano e tinham a frequência de quarenta e dois alunos, os quais usavam uma espécie de boina com as iniciais que identificavam a instituição: S. I – Società Italiana.

João Batista Lovato enviou à Diretoria da Instrução Pública do Paraná um requerimento solicitando subvenção para aquela escola.

Diz João Batista Lovato, que mantendo uma escola particular italiana n’um dos arrabaldes da Villa Colombo, com a frequência de quarenta e dois alunos, como fazem certos dos documentos juntos, vem respeitosamente pedir a V. Ex. que se digne de conceder-lhe a subvenção mensal de sessenta mil réis, de acordo com a lei vigente, obrigando-se a lecionar vinte alunos gratuitamente. (DEAP, 1910, p. 25).

O professor justificou a necessidade da subvenção alegando que a legislação previa a garantia de subvenção para cidadãos que lecionassem para, no mínimo, vinte alunos; no seu caso, o número de alunos já era superior.

Conforme a lista de frequência, essa escola particular italiana, regida por João Batista Lovato, era freqüentada somente por alunos descendentes de imigrantes italianos (DEAP, 1910, p. 27).

O pedido de subvenção foi negado, pois o ensino não era ministrado em língua portuguesa. De acordo com a Lei nº 894, de 19 de abril de 1909, o ensino primário, secundário ou profissional poderiam ser ministrados particularmente ou por associações; para tanto, era obrigatório o ensino na língua nacional caso solicitassem subvenção (WACHOWICZ, 2002, p. 39).

Nenhuma informação foi levantada demonstrando a continuidade do funcionamento desta escola étnica após receber a resposta negativa do governo quanto ao auxílio. Acreditamos que ela funcionou pelo menos até o ano de 1917. Nesse ano, o Código de Ensino Paranaense, estabelecido pelo então Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública Enéas Marques dos Santos, reforçava o uso obrigatório da língua portuguesa nas escolas estrangeiras, negando os auxílios da subvenção àquelas escolas que não cumprissem tal determinação.

Um novo documento informa que, em 1917, o professor italiano João Batista Lovato adquiriu um terreno próximo à Igreja Matriz e, em conjunto com os pais de seus alunos, construiu um prédio escolar composto de três pavimentos, com capacidade de acomodar duzentas crianças. A escola tornou-se confessional, sendo denominada Colégio Santo Antonio e dirigida pelas Suore Apostole Del Sacro Cuore di Gesu (Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus) (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1917, p. 15).

Essa atitude demonstra que a necessidade de subvenção financeira aos alunos pobres que freqüentavam a escola étnica italiana não era preponderante. O que estava em jogo era a manutenção da instituição escolar para o cumprimento de suas funções: o ensino da língua e a afirmação étnica. Esse propósito parece ter sido engessado pela repressão nacionalista, ainda que em pequena proporção, mas suficiente para desconfigurar a própria associação mutual étnica.

De acordo com o registro de título efetuado em 1916, a Società Italiana di Mútu Soccorso Christoforo Colombo ainda tinha como finalidade: “[...] a confraternização dos sócios, tendo o bem-estar, a moralidade e a instrução.” (LIVRO..., 1916, p. 12). Assim, somente no ano de 1918, essa sociedade perde o caráter étnico, passando a ter finalidades confessionais católicas.

Em assembléias de 30 de setembro a 31 de dezembro de 1917 e 31 de março a 21 de julho de 1918, da Società Italiana di Mútu Soccorso “Christoforo Colombo”, com sede na Villa Colombo, deste Estado, foram feitas várias modificações nos respectivos estatutos. A sua denominação passou a ser “Sociedade Catholica Italiana de Mútu Soccorso Christoforo Colombo”, e os fins sob o patrocínio de São José, terá ella por escopo obter o progresso moral e material dos sócios, mantendo nos respectivos corações a fé christã e o amor a pátria. (LIVRO..., 1919, p. 86).

A justificativa para a mudança de nomenclatura e da sua finalidade – de sociedade italiana para sociedade religiosa – parece estar vinculada ao processo de nacionalização instaurado no país a partir da Primeira Guerra Mundial. Embora ainda como iniciativa incipiente, uma vez que esse processo de nacionalização veio a culminar somente na década de 1930, os discursos oficiais eram marcados pela preocupação com a formação do estado-nação mediante da nacionalização do ensino.

A preocupação em nacionalizar a população estrangeira proibindo a disseminação da língua e da cultura do país de origem era fortemente visível. Segundo o Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez, em relatório de 1924, citado por Wachowicz (2002, p. 41), não havia mais como reear a escola italiana, pois as que ainda existiam eram freqüentadas com o intuito de aprender o catecismo e a prática religiosa.

A substituição da função e a mudança de nomenclatura da sociedade italiana para a sociedade católica possivelmente resultaram desse movimento. O fechamento da escola étnica e a abertura de uma escola confessional católica – o Colégio Santo Antonio – pelo grupo vinculado à Società Italiana demonstraram estratégias de manutenção da unidade étnica; dessa vez, por intermédio da religião católica.

4 CONCLUSÃO

Na visão nacionalista, a catolicidade era algo aceitável em relação à etnicidade. No caso dos italianos, a italianidade foi suprimida pela catolicidade talvez sem muitos esforços, pois, para Manfroi (1979), diferentemente do imigrante alemão, que prezava pela preservação da língua, o italiano interessava pela prática da fé. Para o imigrante italiano, principalmente o camponês vêneto, a religião poderia ter peso maior na relação identitária.

O que convém destacarmos são os impactos causados na organização cultural, social e educacional entre os estrangeiros no Brasil pelo processo de nacionalização e como esse processo levou à mudança da prática escolar.

Embora as escolas étnicas não tivessem prevalência no processo de escolarização da Ex-colônia Alfredo Chaves, sua viabilização e sua organização não fugiam à regra das demais escolas nas colônias italianas do Sul do país: de modo geral, eram escolas vinculadas a instituições associativas e mutuais, contando sempre com membros dessas entidades e da própria comunidade para o funcionamento.

Diferentemente das escolas públicas, que alcançaram sua consolidação ao longo dos anos, as escolas étnicas vinculadas a instituições religiosas e associativas conseguiram manter seu funcionamento por pouco tempo. A totalidade dessas escolas étnicas foi extinta, principalmente, a partir da consolidação do processo de nacionalização do ensino empreendido em todo o país nas décadas posteriores.

Educación, mutualismo y nacionalización: aspectos de una escuela étnica italiana en Paraná (1905-1918)

Resumen

Este estudio examina la formación e origen la escuela cerca de la Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo desarrollada por inmigrantes italianos que se han asentado en la entonces colonia Alfredo Chaves, en Paraná, a finales del siglo XIX. Tratando de comprender el proceso de creación, apertura, funcionamiento y cierre de esta escuela étnica italiana proceso que no es perjudicial para la escuela pública, pero paralelo a él. Búsqueda de identificar los temas que fueron parte de ese proceso de educación étnica y reconocer el impacto del nacionalismo en busca de la deconstrucción de las funciones de esa escuela, y las estrategias utilizadas por el grupo para el mantenimiento de la identidad étnica. Lo recorte temporal se refiere a los años de 1905, cuando la instalación de la Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo, para el año 1918 cuando esta institución, en virtud de las iniciativas de represión nacionalista, modificar su historial y sus estatutos, declarando ser un La sociedad católica italiana La sustitución de “aparente” de la función y el cambio en la nomenclatura y los estatutos de la Società Italiana para Catholica Sociedad Italiana de Mutuo Soccorso Christoforo Colombo resultante de la movimiento nacionalista de la época, no impidió la búsqueda para el mantenimiento de la identidad étnica del grupo. Este movimiento se caracteriza por ser una estrategia para el mantenimiento de la unidad étnica, resignificando la educación a través de la religión católica.

Palabras-clave: Escuela. Asociación. Nacionalización.

Notas explicativas

- ¹ Artigo elaborado com base na comunicação oral, apresentada no GT História da Educação, durante o VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (Anpedsul), realizado em Itajaí, de 22 a 25 de junho de 2008.
- ² A Colônia Alfredo Chaves foi fundada em setembro de 1878. Em janeiro de 1890 foi elevada à categoria de vila, sendo denominada “Villa Colombo” e, em 21 de abril de 1892, tornou-se município denominado “Colombo”. Atualmente faz parte da Região Metropolitana de Curitiba e representa o 8º município paranaense em população. Antes da chegada dos imigrantes à localidade, denominava-se Butiatumirim. Suas terras

pertenciam a famílias brasileiras que ali habitavam. Neste texto utilizamos a denominação “Ex-Colônia Alfredo Chaves” para designar a região no período posterior a 1890, ainda que em muitos documentos se encontre a denominação “Villa Colombo”.

³ A Sociedade Geral de Mutuo Socorro Cristoforo Colombo, da Vila Colombo, sobre o patrocínio de São José, instituída em 1º de outubro de 1905, tem por finalidade a confraternização e o mutuo socorro dos sócios, promovendo o bem-estar, a moralidade e a instrução (ESTATUTO DEFINITIVO, 1909, p. 1).

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. A igreja e os migrantes. São Paulo: Paulinas, 1987. v. 1.

BALHANA, Altiva Pilati. Santa Felicidade: um processo de assimilação. Curitiba: João Haupt & Cia, 1958.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias de etnicidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p. 185-227.

BARTH, Altiva Pilati; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEM, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DEAP. **Correspondência do Governo**. Requerimento. AP. 1395, p. 25-27, 1910.

FERRARINI, Sebastião. **O Município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992.

KREUTZ, Lucio. Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 347-370.

LIVRO de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba. **Pessoas Jurídicas**. Curitiba: 1902- 1925.

MANFROI, Olívio. Imigração Alemã e Italiana: estudo comparativo. Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

MIMESSE, Eliane. **A educação e os imigrantes italianos**: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2001.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná** (1853-1889). Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, 1986.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. **Livro tombo**. Curitiba, 1890-1950. v. 1.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias de etnicidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). **Etnia e Educação**: a escola “alemã” e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2003. p. 63-92.

RELATÓRIOS da Instrução Pública do Paraná. Curitiba, 1882-1913.

SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA E INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Código de Ensino**. Curitiba, 1917.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e Identidade étnica: a ideologia germânica e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2004.

SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: Ed. Edusf, 2000. p. 81.

STATUTO Definitivo da Società Italiana di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo, 1909.

VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba (1853-1889)**. 1998. Tese (Doutorado em História Social)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

Recebido em 14 de fevereiro de 2008

Aceito em 17 de junho de 2008

